



REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocada a Excelentíssima Senhora Margareth Menezes da Purificação, Ministra da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre o possível uso indevido dos Comitês de Cultura para fins eleitorais nas eleições de 2024.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Excelentíssima Senhora Margareth Menezes da Purificação, Ministra da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre o possível uso indevido dos Comitês de Cultura para fins eleitorais nas eleições de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento da Excelentíssima Senhora Margareth Menezes da Purificação, Ministra da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre o possível uso indevido dos Comitês de Cultura para fins eleitorais nas eleições de 2024.





Ao que se tem, uma gravação obtida pelo Estadão¹ mostra que os Comitês de Cultura, criados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e geridos pelo Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados como instrumento político para fortalecer aliados na disputa eleitoral de 2024. No áudio, a secretária nacional de Mulheres do PT, Anne Moura, afirma que aqueles que defenderam Lula durante sua prisão deveriam ter “*atendimento diferenciado*” na “*parte boa*” do processo.

O Programa Nacional de Comitês de Cultura (PNCC), lançado em setembro de 2023, tem previsão de custo de R\$ 58,8 milhões até o final deste ano. O projeto foi apresentado por Lula ainda na pré-campanha de 2022 como um meio de descentralizar e fomentar atividades culturais. No entanto, os áudios sugerem que a estrutura foi utilizada para promover interesses partidários.

As declarações de Anne Moura foram feitas em setembro de 2023, durante uma reunião com Marcos Rodrigues, então chefe do Comitê de Cultura do Amazonas. O encontro foi gravado e registrado em cartório. Na conversa, Moura cobra apoio de Rodrigues para sua campanha à vereança de Manaus, afirmando que a falta de engajamento do comitê local era considerada “um absurdo” por Roberta Martins, secretária do MinC responsável pelo programa.

No áudio, a petista também expressa insatisfação com a seleção de artistas para as atividades do comitê, criticando a falta de alinhamento político. Segundo ela, a questão foi levada ao secretário-executivo do MinC, Márcio Tavares, também filiado ao PT.

“Marcos, quando eu fui lá no MinC agora, da última vez, o pessoal me perguntou: ‘Anne, o comitê tá te ajudando?’. Eu disse: ‘Não, Roberta, não tá’. Ela estava na sede do PT, na reunião, e

¹ <https://opinioao.es/audio-revela-que-pt-usou-comites-de-cultura-para-fins-eleitorais-diz-secretaria-do-partido/>





perguntou: 'O comitê tá te ajudando? Porque nos outros lugares está tudo ajudando'. Porque eu fui pedir dinheiro também, tô pedindo ajuda para ganhar a eleição. Aí ela disse: 'O comitê tá te ajudando com alguma coisa nas agendas, nas atividades? O comitê não pode te dar dinheiro, mas pode promover atividades para te ajudar. Eles estão te ajudando?'. Eu disse: 'Roberta, deixa eu falar uma coisa para ti. Temos acordos que não foram cumpridos. E depois que as pessoas sentaram na cadeira, pagaram de doidos. Eu decidi que não vou me estressar com isso agora. Eu preciso ganhar a eleição. Então, se tu puder me ajudar agora, na articulação tua e do Márcio, eu te agradeço. Depois, quero sentar e conversar com você sobre isso'."

O PNCC contrata ONGs para gerenciar os comitês estaduais e receber verbas públicas destinadas à execução de suas atividades. No Amazonas, a entidade escolhida para essa função foi o Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia (Iaja), ONG fundada por Anne Moura. A entidade recebeu R\$ 1,9 milhão para gerir o comitê local ao longo de dois anos. Ruan Octávio da Silva Rodrigues, aliado de Moura, ocupava um cargo de direção na ONG e, posteriormente, passou a coordenar o escritório do MinC no Amazonas.

No áudio, a petista enfatiza sua influência na escolha do Iaja para coordenar as ações no estado:

"Eu disse [para Roberta]: 'Pois é. Eu não sou de levar problema. E eu tô batalhando a minha batalha. Quando acabar, vou vir aqui, com o coordenador, com todo mundo que precisa ser respaldado. E eu quero pedir que vocês vão lá no Amazonas para botar cada um no seu lugar. Quero que tu diga da tua boca que fui eu que vim aqui pedir para ser aprovado o Iaja. Eu quero que você fale para eles lá. Porque as pessoas estão o tempo todo dizendo que não foi (...)'."





Apesar das reclamações de Moura sobre a falta de apoio do comitê amazonense, a estrutura deu visibilidade à sua candidatura. O perfil oficial do comitê compartilhou postagens promovendo a secretária do PT, em desacordo com uma diretriz do MinC que proibia manifestações partidárias nos espaços culturais financiados pelo governo.

A disputa interna pelo controle do comitê também resultou em confrontos entre petistas e integrantes do PSOL. Moura demonstrou irritação com a presença de Wanda Witoto (Rede) em um evento do comitê, apontando que ambas disputavam o mesmo eleitorado em Manaus.

"Mas, independente do resultado, nós vamos sentar e fazer um freio de arrumação. O comitê não é do André, Marcos. Mas hoje toda a cidade de Manaus está dizendo que o comitê é do André, embora quem coordene a instituição sejamos nós. (...) Quero descer o ministério aqui, trazer pessoas que são meus amigos do peito uma vida toda. Quero que cheguem e digam para o André o que é e o que não é. Sabe por quê, Marcos? Não quero que o comitê deixe de fazer o que está fazendo, porque eu acompanho. Está legal. Mas o comitê dar o microfone para a Wanda e dizer que isso não tem a ver com a política?"

Em nota, Anne Moura negou ter cometido irregularidades e alegou que suas falas podem ter sido retiradas de contexto por adversários políticos. O MinC, por sua vez, informou que Moura *"nunca integrou a equipe do comitê do Amazonas"* e negou qualquer ligação entre a secretária do PT e a seleção do Iaja.

No entanto, a pasta confirmou que, devido às denúncias, suspendeu temporariamente as atividades do comitê e bloqueou os repasses de recursos até a conclusão da investigação.





Os Comitês de Cultura foram uma das principais propostas de Lula durante a campanha de 2022. Em discursos, o petista afirmou que a iniciativa serviria para “*enraizar*” as ideias do governo na sociedade.

Em março de 2023, durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, Lula voltou a mencionar os comitês, destacando sua importância para impedir a ascensão da oposição:

“A única possibilidade de a gente evitar que um dia volte alguém para destruir é enraizar aquilo que a gente acredita no meio do povo”, declarou.

Os áudios revelam que essa “*raiz*” serviu não apenas para fomentar a cultura, mas também para fortalecer interesses partidários e garantir apoio a aliados do governo.

Neste espeque, a legislação eleitoral é clara ao vedar o uso da máquina pública para promoção política e pessoal. O artigo 73 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) veda o uso de recursos públicos para influenciar o processo eleitoral, configurando abuso de poder econômico e político. Ademais, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a propaganda eleitoral antecipada pode ser caracterizada mesmo sem pedido explícito de votos, bastando a exaltação de qualidades e o uso de meios públicos para promover determinada candidatura.

Com efeito, o uso dos Comitês de Cultura financiados pelo Ministério da Cultura para fins eleitorais não é apenas ultraje moral, mas violação clara da legislação eleitoral brasileira. O artigo 73 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) veda o uso da máquina pública para beneficiar candidatos ou partidos, e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem sido rigorosa ao coibir tais práticas. A





promoção indireta de aliados políticos por meio de programas públicos configura propaganda eleitoral antecipada, como previsto no artigo 36 da mesma lei, que proíbe ações que levem ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura de qualquer pessoa antes do prazo permitido. A destinação de recursos públicos para esse fim não apenas fere o princípio da isonomia eleitoral, mas também caracteriza abuso de poder político e econômico, passível de sanções severas, como cassação de registro de candidatura e inelegibilidade, conforme previsto na Lei Complementar nº 64/1990.

O caso exige investigação célere e rigorosa pois compromete a lisura do processo democrático. Não se trata apenas de erro administrativo ou de questão ética – trata-se de afronta direta ao equilíbrio do pleito e à confiança da população no sistema eleitoral. Se comprovado o uso indevido dos comitês para promover candidaturas governistas, as punições devem ser exemplares, pois a impunidade apenas encoraja a perpetuação dessas práticas nocivas. O Estado pertence à Nação, não a um partido, e qualquer tentativa de subverter essa ordem precisa ser combatida com o peso da lei e a firmeza de um povo que não tolera a manipulação de suas instituições.

Destarte, a convocação da Ministra é fundamental para que esta Casa possa exercer seu papel fiscalizador, garantindo a transparência na gestão dos recursos públicos e a isonomia no processo eleitoral, assegurando que as instituições do Estado não sejam utilizadas para fins partidários.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 31/03/2025 09:54:34.530 - CFFC

REQ n.79/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255829728200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

